

NAÇÃO, ESTADO E ESTADO-NAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Estas notas aproveitam parte de “O processo histórico do desenvolvimento econômico: idéias básicas”. (*Texto para Discussão EESP/FGV* 157, dezembro 2006). Versão de 18 de março de 2008.

Abstract. This is an introductory note defining the nation and civil society, the state and the nation-state, in the context of modern or capitalist societies. The Capitalist Revolution gave origin to the modern nation-state – the political-territorial unity that today covers the whole surface of the globe. Previously, the main political-territorial unity was the empire. While the social agents in the empires were oligarchies charging taxes from their colonies, the nation-state has its nation or civil society as main agent, and the state as the fundamental instrument to achieve its political objectives: security, growth, freedom, social justice and protection of the environment.

Palavras-chave: nação sociedade civil estado estado-nação desenvolvimento econômico

Classificação JEL: O10 N01 N10

A instituição fundamental das sociedades civilizadas, antigas ou modernas, é o estado. Ele está localizado no cerne tanto das duas principais instituições político-territoriais da antiguidade – a cidade-estado e o império – como nos modernos estados-nação. Existe, entretanto, grande confusão em torno da palavra ‘estado’. Para uns o estado é uma organização com poder de legislar e tributar, para outros é também o sistema constitucional-legal, e para outros ainda, confunde-se com o estado-nação ou país. A primeira acepção, redutora, é aquela que faz parte da linguagem corrente; a terceira, é empregada especialmente na literatura sobre relações internacionais. A segunda – o estado é o sistema constitucional-legal e a organização que o garante – é aquela que me parece mais correta. Na medida em que o estado é a principal instituição de qualquer sociedade nacional, possuindo, portanto, grande abrangência, ele compartilha as duas formas que as instituições assumem: a de sistema valorativo e normativo e a de sistema social organizado

Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas. Agradeço os comentários de Nelson Marconi e Paulo Gala.

formalmente. Nesta nota, interessa-nos apenas o estado moderno que surge com a Revolução Capitalista.

Nação, estado e estado-nação

O estado-nação, que, como sua própria denominação sugere, tem o estado como seu elemento constituinte fundamental, é o principal resultado político da Revolução Capitalista. Esta, no plano econômico, deu origem ao capital e às demais instituições econômicas fundamentais do sistema – o mercado, o trabalho assalariado, os lucros, e o desenvolvimento econômico decorrente da acumulação de capital combinada com o progresso. No plano social, surgem as três novas classes sociais: a burguesia, os trabalhadores assalariados, e, em uma segunda fase, a classe profissional. No plano político, além do estado, surgem a nação e a sociedade civil, e, definem-se, sucessivamente, os grandes objetivos políticos e as respectivas ideologias: a liberdade e o liberalismo, a autonomia nacional e o nacionalismo, o desenvolvimento econômico e a racionalidade instrumental ou eficientismo, a justiça social e o socialismo, e a proteção da natureza e o ambientalismo.

A Revolução Capitalista é a transformação tectônica por que passou a história na medida em que as ações sociais deixavam de ser coordenadas pela tradição e pela religião para o serem pelo estado e pela principal instituição econômica por este regulada – o mercado; é o processo histórico que dá origem às nações e aos estados-nação, estes passando gradualmente a substituir os impérios na organização político-territorial da terra; é a transformação econômica que separa os trabalhadores dos seus meios de produção e dá origem, inicialmente, à burguesia e à classe operária, e mais adiante à classe profissional ou tecnoburocrática; é a transformação cultural que torna a razão e a ciência as fontes legítimas de conhecimento em substituição à revelação e à tradição. A idéia de progresso e mais tarde a idéia correlata de desenvolvimento econômico constituem-se em realidade histórica no bojo da Revolução Capitalista. Os impérios egípcio, romano e chinês conheceram muitos momentos de prosperidade, mas não havia a idéia de progresso ou de desenvolvimento econômico, porque o progresso tecnológico era lento, e não existiam as idéias, de um lado, uma crescente racionalização e democratização da vida política, e, de outro, um processo necessário de acumulação de capital e de inovação que permitiram, primeiro, aos filósofos e depois aos economistas identificar um processo contínuo e

relativamente auto-sustentado de realização dos grandes objetivos políticos de liberdade, bem-estar, justiça social e proteção da natureza.

Dentro desse quadro amplo, é preciso definir com mais clareza alguns conceitos centrais da teoria política – em especial nação, sociedade civil, estado, e estado-nação. Esses conceitos são vítimas de ampla confusão semântica, que eu não pretendo resolver. Quero apenas deixar claro como venho entendendo esses termos nos últimos anos, de forma que a eventual leitura do que escrevo fique mais clara. Em cada estado-nação ou estado nacional existe uma nação ou uma sociedade civil, um estado, e um território. Tanto a nação quanto a sociedade civil são a sociedade politicamente organizada, a sociedade enquanto agente político dotado de crenças e valores. A nação é a sociedade que compartilha um destino comum e logra ou tem condições de dotar-se de um estado tendo como principais objetivos a segurança ou autonomia nacional e o desenvolvimento econômico; já a sociedade civil é a sociedade politicamente organizada que se motiva principalmente pela garantia dos direitos civis e dos direitos sociais. O estado, por sua vez, é o sistema constitucional-legal e a organização que o garante; é a organização ou aparelho formado de políticos e burocratas e militares que tem o poder de legislar e tributar, e a própria ordem jurídica que é fruto dessa atividade. Finalmente, o estado-nação é a unidade político-territorial soberana formada por uma nação, um estado e um território. Dessa forma, embora seja comum falar-se em estado como sinônimo de estado-nação, estamos distinguindo os dois termos. O estado tem uma dupla natureza: é ao mesmo tempo uma instituição organizacional – a entidade com capacidade de legislar e tributar uma determinada sociedade –, e uma instituição normativa – a própria ordem jurídica ou o sistema constitucional-legal.

Podemos, entretanto, definir o estado não pelo que ele é, mas pelo que faz. Nessa perspectiva, o estado é a instituição abrangente que a nação usa para promover seus objetivos políticos, ou, em outras palavras, é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação ou da sociedade civil. É comum usarem as expressões ‘estado’ e ‘nação’ como sinônimas de ‘estado-nação’, mas evitarei essa prática. Aproximo, porém, nação de sociedade civil porque são termos muito semelhantes, porque indicam a sociedade politicamente organizada fora do estado. Entretanto, enquanto pensada como ‘sociedade civil’, essa sociedade defendeu inicialmente as liberdades, depois a justiça social, e mais recentemente o ambiente, e, portanto, será, em diversos graus, liberal, socialista e ambientalista. Já quando pensada como ‘nação’, a sociedade será ciosa de sua soberania e

promoverá o desenvolvimento econômico – será nacionalista. Tanto no caso da nação quanto da sociedade civil, o poder dos cidadãos será ponderado por seu dinheiro, seu conhecimento e sua capacidade de organização, mas a nação tem geralmente uma conotação política mais abrangente ou mais popular do que a sociedade civil, mas, em compensação, é particularista, enquanto que a sociedade civil tem uma conotação mais universal e mais democrática.¹

Quando afirmo que o estado é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação, surge imediatamente a questão: ao invés disso, não seria ele, conforme propuseram Marx e Engels, “comitê executivo da burguesia”? Não há, porém, conflito entre as duas definições se pensarmos a primeira como mais geral, ou então, como associada ao estado democrático. No sentido mais geral, o estado, a partir da antiguidade, foi sempre a expressão daqueles que têm poder na sociedade. Um poder que, dialeticamente, acaba tendo também origem no próprio estado, mas cuja origem principal deve ser pensada externamente. Na antiguidade, aqueles que na sociedade controlavam a força, a religião e a tradição constituíam uma oligarquia que dominava o estado. Na primeira forma de estado capitalista, o Estado Liberal – o estado que Marx conheceu e viveu – o poder ainda estará nas mãos da aristocracia, mas está sendo transferido celeremente para a burguesia. Já no Estado Democrático dos nossos dias, a classe profissional e também a classe trabalhadora também partilham do poder. Podemos, assim, pensar em uma nação ou em uma sociedade civil mais ou menos democrática, e quanto mais democrática for, mais democrático será o respectivo estado. Enquanto em um estado democrático todos os cidadãos são iguais perante a lei, a sociedade civil ou a nação será tanto mais democrática quanto menores forem as diferenças de poder real dos seus membros – quanto menores forem as diferenças decorrentes do dinheiro, do conhecimento, e mesmo da capacidade de organização ou mobilização social.

O estado-nação é a unidade político-territorial própria do capitalismo. Embora tenha naturalmente pontos de contacto com o império pré-capitalista, dele diferencia-se essencialmente porque a nação busca, no seu território, se constituir em uma sociedade nacional integrada e voltada para o desenvolvimento econômico, enquanto que as

¹ Observe-se que estou usando aqui a expressão ‘sociedade civil’ em seu sentido clássico. Modernamente essa expressão tem sido confundida com ‘organizações da sociedade civil’, cuja presença aumentou muito nas sociedades atuais. Estas organizações públicas não-estatais de

oligarquias dominantes nos impérios não sabem o que seja o desenvolvimento econômico, e não buscam integrar econômica e culturalmente suas colônias das quais apenas exigem o pagamento de impostos (Gellner, 1983). Uma das razões pelas quais podemos ver a globalização como o estágio atual e, portanto, mais avançado do capitalismo, é o fato de que neste início de século XXI o globo terrestre está, pela primeira vez, totalmente coberto por estados-nação.

Neste breve esforço de definir palavras, temos ainda que definir desenvolvimento econômico, mercado e dinheiro. O desenvolvimento econômico é o processo de crescimento continuado da produtividade, da renda por habitante, e dos salários dos trabalhadores que ocorre a partir da Revolução Capitalista em consequência do aumento do nível de educação, da acumulação de capital e do progresso técnico. Para que o desenvolvimento econômico se desencadeie, supõe-se a existência de uma acumulação original promovida pelo estado em benefício seja de uma burguesia mercantil, seja de uma burocracia, cujos representantes bem sucedidos se transformam em empresários capitalistas. E supõe também um razoável grau de desenvolvimento do mercado e do dinheiro nessa sociedade. O mercado é a instituição e o mecanismo que, através da competição, coordena a divisão do trabalho e a alocação dos recursos produtivos. Os mercados existiram antes dos estados nacionais, mas os mercados modernos são socialmente construídos: são organizados e regulados pelos estados-nação a nível nacional e internacional. O dinheiro, finalmente, é a instituição que serve de meio de troca e reserva de valor para que o mercado possa funcionar.

Nesse quadro, o estado é a matriz das demais instituições formais de um estado-nação, e, portanto, do sistema constitucional-legal ou da ordem jurídica, ao mesmo tempo em que se constitui nesse próprio sistema constitucional-legal. É a matriz, mas, ao contrário do que pode parecer, não é o agente principal. Este papel também não cabe ao indivíduo, como pretende um certo tipo de teoria liberal, nem cabe ao povo em que todos são iguais como a ficção democrática afirma (Rosanvallon), mas à nação ou à sociedade civil na qual os poderes são diferenciados e ponderados. Ao invés de agente, o estado é o instrumento da sociedade nacional na busca dos seus objetivos políticos. Já os mercados e o dinheiro são as duas principais instituições econômicas que viabilizam o objetivo econômico das nações – o desenvolvimento econômico – são instituições reguladas pelo estado a serviço

advocacia ou controle político são, sem dúvida, importantes em ampliar a democratização da

da nação. Portanto, quando se fala em capitalismo, em nação e em estado-nação, em estado e em mercado, não se está falando de instituições concorrentes, mas de instituições complementares voltadas para os objetivos políticos das sociedades modernas.

As três revoluções capitalistas

Para que a Revolução Capitalista pudesse se desencadear, a partir do século XII, na Europa, foi necessário que primeiro houvesse uma transformação técnica fundamental da agricultura, que, até o século XI, estava limitada quase exclusivamente a terras de aluvião; foi o uso de arados com lâminas de ferro e outras ferramentas capazes de cortar terras duras que viabilizou a exploração das terras altas e férteis da Europa (Landes, 1999: 41). Só graças a esse progresso técnico decisivo foi possível produzir o excedente econômico necessário para que trabalhadores pudessem ser transferidos para o comércio e a indústria – e também para que pudessem ser construídas as grandes catedrais góticas, quase todas datadas do século XII. Celso Furtado (1961), usando com liberdade conceitos de Marx e de Weber, propôs que a idéia do desenvolvimento econômico se constituiu em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com o processo de racionalização que caracterizará o mundo moderno. Em um primeiro momento, a racionalidade se revela pelo objetivo econômico definido com clareza (o lucro), e pela adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo. O excedente originado do aumento da produtividade agrícola foi inicialmente investido em catedrais, palácios, e no comércio de bens de luxo, que deu origem à Revolução Comercial e ao surgimento das cidades-estado burguesas do Norte da Itália, da Alemanha e dos Países Baixos. Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, a racionalidade se expressa em um meio mais especificamente lógico de alcançar o lucro além da acumulação de capital: a incorporação de progresso técnico, que, devido à sua própria aceleração e à competição crescente, tornava-se condição de sobrevivência das empresas. Em outras palavras, o que hoje chamamos de desenvolvimento econômico configurava-se pela primeira vez historicamente. E definia-se a estratégia principal para alcançá-lo: o investimento inovador.

Entretanto, nessa análise histórica faltava uma terceira transformação fundamental que ocorreu entre as duas citadas ou conjuntamente com a Revolução Nacional, ou seja, a formação dos estados nacionais. É a partir do momento em que as nações se dotam de

sociedade civil.

estados e formam estados-nação que o desenvolvimento econômico se viabiliza. Enquanto os impérios eram a forma por excelência de organização política territorial da antiguidade, os estados-nação o serão nos tempos modernos ou capitalistas. Enquanto o poder imperial limitava-se a cobrar impostos da colônia, deixando intactas sua organização econômica e sua cultura, os estados-nação estão diretamente envolvidos na competição internacional por maior poder e maiores taxas de crescimento. Para isso, buscam homogeneizar sua cultura, dotando-se de uma língua comum, para, através da educação pública, poder garantir que padrões crescentes de produtividade sejam compartilhados por toda a população (Gellner, 1993); e os respectivos governos passam a ser os condutores do processo de desenvolvimento econômico através da definição de instituições que estimulem o investimento, da adoção de políticas macroeconômica que garantam a estabilidade de preços, taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas, e de políticas industriais que favoreçam as empresas nacionais na concorrência internacional. Através do demorado processo de institucionalização política e econômica que é o da formação do estado-nação, empresários, burocratas do estado e políticos assumem o papel de grupos sociais chave no processo da definição de estratégias nacionais de desenvolvimento. Ao nível das empresas, são os empresários que irão fazer a diferença através da atividade inovadora (Schumpeter, 1911). Empresários, políticos, classe profissional pública e privada, e trabalhadores formam a nação – a sociedade politicamente orientada que compartilha um destino comum – que, ao se dotar de um estado e de um território, forma o estado-nação. A constituição dos estados nacionais e, portanto, de mercados seguros para os empresários investirem na indústria foi, por sua vez, a condição da revolução industrial, inicialmente na Inglaterra e na França e, depois, nos Estados Unidos. A industrialização se confunde então com o próprio desenvolvimento econômico na medida em que será a forma pela qual as sociedades aumentarão decisivamente seu valor adicionado per capita transferindo mão-de-obra da agricultura. Para que a industrialização ocorresse, não bastava que a região estivesse organizada em cidades-estado burguesas, como era próprio do comércio de longa distância que prosperou durante a revolução comercial; foi necessária a formação concomitante dos grandes estados-nação com seus grandes mercados nacionais.

Formados os modernos estados-nação, seus respectivos estados ou regimes políticos assumiram, sucessivamente, três grandes formas históricas. Em uma primeira fase, no Estado Absoluto, os governos estavam formando seus estados nacionais; estavam,

portanto, voltados principalmente para a defesa contra o inimigo externo e a manutenção da ordem. Mas mesmo nessa época a preocupação com a economia por parte dos grandes reis mercantilistas foi decisiva para o desenvolvimento econômico dos seus países. Em seguida, quando aqueles objetivos começaram a ser razoavelmente assegurados nos países mais avançados em sua Revolução Capitalista, a nova classe burguesa logra que o estado deixe de ser aristocrático e absoluto, e entramos na fase do Estado Liberal que garante os direitos civis ou as liberdades; estávamos então no século XIX, quando se falava insistentemente em retirar o estado da economia, mas este continuava a ter um papel chave no desenvolvimento econômico. No século XX, quando os pobres e as classes médias finalmente conquistam a democracia, o desenvolvimento econômico e o princípio do império da lei continuam centrais, mas agora define-se uma nova forma de estado, o Estado Democrático e Social que, de um lado, garante o direito de votar e ser eleito e, de outro, passa a ter como objetivo político adicional uma distribuição de renda mais equitativa. O estado que Marx conheceu – o Estado Liberal do século XIX – era, sob muitos aspectos, “o comitê executivo da burguesia”. No século XX já não é mais. O estado, seu aparelho e sua ordem jurídica não são mais a simples forma de exercício do poder pelas classes dirigentes; são também instrumentos de emancipação social (Sousa Santos, 2004). Cabe ao estado e a seu governo, em cada momento, estabelecer o delicado equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, entre lucros e salários, entre investimentos e despesas sociais. São alternativas não excludentes, que muitas vezes se somam, mas que, com a mesma frequência, se opõem.

As três revoluções da Revolução Capitalista darão origem às economias capitalistas ou economias de mercado. Os mercados que antes eram locais transformam-se em mercados nacionais, e pouco a pouco começam a ganhar caráter internacional. Conforme assinala Polanyi (1944), não houve nada de natural na passagem dos mercados locais para os nacionais: essa transição ocorreu como o resultado de estratégias políticas nacionais que de um lado institucionalizaram a competição, mostrando o caráter socialmente construído dos mercados, e de outro levaram à formação dos modernos estados-nação. Através da definição de fronteiras seguras, os estados nacionais modernos estavam criando as condições necessárias para que uma burguesia industrial originária da burguesia comercial se constituísse a partir da revolução industrial inglesa, e passasse a investir e incorporar progresso técnico de forma sistemática e competitiva ao trabalho e aos meios de produção. Os antigos comerciantes investiam no mercado de longa distância, mas a riqueza que daí

provinha era eminentemente instável. Em seguida eles começam a investir em manufaturas, mas seu investimento era ainda limitado, continuando a produção a se organizar de forma tradicional, e os mercados a serem ainda essencialmente de longa distância. Já o investimento na indústria, que ocorre a partir da revolução industrial, envolvia custos pesados que só podiam se justificar no quadro de um grande mercado assegurado pelo respectivo estado-nação. Daí o interesse das burguesias em se associar aos monarcas absolutos na constituição dos primeiros estados-nação.

O desenvolvimento econômico é assim um fenômeno histórico que ocorre no quadro da Revolução Capitalista, relacionado, de um lado, com o surgimento das nações e a formação dos estados-nação, e, de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital. Seus benefícios são imediatamente reconhecidos, primeiro pela própria burguesia, que é inicialmente a maior beneficiada; em um segundo momento, já no século XX, quando a produção deixa de se realizar principalmente em unidades familiares para se realizar em organizações empresariais, a importância do desenvolvimento econômico é aceita pela nova classe profissional que surge então; e finalmente, quando os regimes democráticos, ainda nesse século, começam a se consolidar e ganhar substância, o desenvolvimento econômico passa a ser também um objetivo dos trabalhadores na medida em que passam também a participar do excedente econômico produzido.

Cinco ideologias

A experiência histórica demonstra, portanto, que, para que um país possa se desenvolver, para que possa haver uma estratégia nacional de desenvolvimento, é essencial que haja uma nação forte apoiada em um grande acordo entre as classes sociais quando se trata de competir internacionalmente. A Revolução Capitalista deu origem a três novas classes sociais: em um primeiro momento – aquele que Marx conheceu – deu origem à burguesia e aos trabalhadores assalariados, e depois, já no século XX, à classe profissional ou tecnoburocrática. De acordo com a perspectiva marxista, a burguesia torna-se a classe dominante e dirigente, em substituição à aristocracia;. Na verdade, pouco depois deste fato acontecer, a produção deixa de ser familiar para se realizar em grandes organizações burocráticas, e surge assim, ao nível do aparelho do estado e da sociedade, uma nova classe político-burocrática – a classe profissional – com a qual a burguesia terá que crescentemente dividir poder e privilégio. Essas três classes e suas elites estão engajadas

permanentemente dentro de cada estado-nação em um processo dialético de conflito e cooperação, no qual as ideologias desempenham papel central. O conflito se dá pela distribuição da renda nacional; já a cooperação está referida principalmente à competição internacional. O conflito de classes é inerente ao desenvolvimento econômico, como o é também a solidariedade social na construção da nação. O conflito está limitado, de um lado, pela necessidade de uma taxa de lucro satisfatória e razoavelmente segura para os empresários, e, de outro, pela lógica do crescimento dos salários de forma proporcional ao aumento da produtividade. Embora divididos entre direita e esquerda, entre capitalistas e socialistas, a cooperação entre os cidadãos será essencial para que possam atingir os objetivos políticos comuns de segurança, liberdade, desenvolvimento econômico, justiça social e proteção do meio-ambiente. É a cooperação ou a solidariedade que define uma nação e permite que ela seja bem sucedida na competição internacional inerente ao sistema capitalista.

A Revolução Capitalista deu origem também a cinco grandes ideologias ao mesmo tempo complementares e contraditórias: o liberalismo – a ideologia burguesa das liberdades de comercializar e de não ser molestado em sua autonomia individual –, o nacionalismo – a ideologia também burguesa da formação do estado-nação e do desenvolvimento econômico –, o socialismo – a ideologia trabalhadora e das camadas média da justiça social –, o eficientismo – a ideologia tecnoburocrática da racionalidade instrumental –, e, mais recentemente, o ambientalismo. Enquanto as sociedades agrárias eram coordenadas pelas instituições e pelo poder político, as sociedades capitalistas que nascem do desenvolvimento econômico são também, e principalmente, coordenadas pelo mercado. Por isso, para os antigos a sociedade tinha precedência sobre o indivíduo, enquanto que para os modernos o indivíduo tem a precedência. Essa precedência se expressou na primeira ideologia moderna surgida, ainda no século XVII – o liberalismo –, que inicialmente é uma ideologia burguesa, mas aos poucos, através do avanço da democracia, ganha maior amplitude social. Ao mesmo tempo, ainda no mercantilismo e principalmente durante a Revolução Industrial, quando o fenômeno do desenvolvimento econômico realmente ganha significado histórico, surge uma segunda ideologia capitalista – o nacionalismo – para que o estado-nação pudesse definir uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição. O socialismo, por sua vez, nasce também do capitalismo, já em meados do século XIX, como ideologia dos trabalhadores, indignados com a desigualdade a que estavam submetidos, e se expressa nos direitos sociais. O

eficientismo é mais recente: é uma ideologia do século XX, quando a classe profissional ganha força na medida em que a produção deixa de se realizar em unidades familiares para ocorrer em grandes organizações empresariais e públicas. É nesse momento que o fator estratégico de produção começa a passar do capital para o conhecimento – e que o conhecimento ganha caráter instrumental: visa principalmente aumentar a eficiência e a produtividade. Finalmente, na segunda metade do século XX surgirá a última grande ideologia do capitalismo – o ambientalismo – para por um freio aos excessos contra a natureza que o desenvolvimento econômico anterior havia causado.

Todas essas ideologias estão relacionadas com o desenvolvimento econômico, mas as duas diretamente e positivamente relacionadas com ele são o eficientismo e o nacionalismo. Sobre o eficientismo – palavra que não consta da linguagem usual – não há muito o que falar. É hoje uma ideologia extremamente difundida que tem como arautos os economistas e os administradores – ou, mais amplamente, a classe profissional ou tecnoburocrática cujo poder deriva do pressuposto de que é ela que é capaz de racionalizar os processos produtivos. O nacionalismo, embora identificado originalmente com a burguesia, porque foi essa a classe que desempenhou o papel decisivo na formação dos estados-nação, é quase por definição uma ideologia de todos os cidadãos porque cimenta, dá coesão ou solidariedade à nação. O nacionalismo, como o republicanismo, é uma manifestação da unidade da sociedade, da sua existência não como soma de partes, mas como um todo, não como mero fruto de agências individuais, mas ela própria ator social; o nacionalismo ou o patriotismo é a ideologia que une as classes, que as torna solidárias na competição internacional. Das cinco ideologias, entretanto, é a única que não é universal; que é limitada a cada nação. A radicalização de qualquer dessas ideologias traz conseqüências terríveis, mas as mais violentas são as do nacionalismo. Guerras, genocídios têm sempre origem no nacionalismo. Entretanto, os cidadãos de todos os grandes estados-nação mais desenvolvidos são essencialmente nacionalistas: entendem que seu governo deve defender os interesses do trabalho, do capital e do conhecimento nacional, ou, em outras palavras, estão identificados com os interesses nacionais. Esse nacionalismo, se for liberal, social, e principalmente democrático – como geralmente é nesses países – terá um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico, político e social, porque joga um papel central na grande competição internacional que é o desenvolvimento capitalista.

Referências

Balakrishnan, Gopal e Benedict Anderson, orgs. (2000) *Um Mapa da Questão Nacional*. Editora Contraponto.

Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

Gellner, Ernest ([1993]2000) “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In G. Balakrishnan e B. Anderson, orgs. (2000): 107-134.

Landes, David S. (1999) *The Wealth and Poverty of Nations*. New York: W. W. Norton.

Polanyi, Karl (1944) *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 1957. Primeira edição, 1944.

Rosanvallon, Pierre (1998) *Le Peuple Introuvable*. Paris: Gallimard.

Schumpeter, Joseph A. ([1911] 1961) *The Development Economics*. Oxford: Oxford University Press, 1961.

Sousa Santos, Boaventura (2004) “Puó il diritto essere emancipatorio?”Una riflessione teorica”. *Democrazia y Diritto* 42(1) 2004: 25-55.